



Rui Medeiros

Sócio Principal

rm@servulo.com

Assistente Pessoal: Sílvia Martins

(+351) 210 933 000

sma@servulo.com

<https://www.servulo.com>



PERFIL

Na **SÉRVULO** desde 1999, é sócio nos departamentos de Público e Arbitragem. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu as provas de agregação em 2016, o doutoramento em 1999 e o mestrado em 1991. Diretor do Católica *Research Centre for the Future of Law* em 2013 e entre 2015 e 2018 e, ainda, Diretor da Faculdade de Direito da Católica entre 2002 e 2005. Membro do Grupo Europeu de Direito Público. Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional, entre outubro e novembro de 2015. Presidente do Conselho para a Arbitragem de Direito Público da Associação Portuguesa de Arbitragem, desde 2017. Membro da Comissão Executiva da Delegação Nacional Portuguesa da CCI, desde 2016 e membro do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, desde 2015. Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, em 2013, e do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos, em 2006. Membro da Comissão da Ordem dos Advogados que procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado, bem como da Comissão que preparou a Lei da Água. Orador convidado e autor de um largo número de livros e artigos sobre as suas áreas de especialidade. Inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1990.

EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Vasta experiência em matérias de direito público e áreas conexas, incluindo direito constitucional e administrativo, contratação pública, contencioso administrativo e arbitragem.

Elaboração de estudos e pareceres jurídicos para entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, nomeadamente nas áreas do direito constitucional e do direito administrativo.



Participação como árbitro ou árbitro-presidente em numerosas arbitragens ad hoc ou institucionalizadas, sobretudo na área do direito público, mas também na área do direito privado.

Assessoria em questões relacionadas com a formação e execução de contratos públicos/PPPs e em diferentes áreas regulatórias do direito público.

Representação de clientes perante os tribunais superiores e o tribunal constitucional.

Elaboração de projetos legislativos para diversas entidades públicas em Portugal e noutras países de língua portuguesa.

Assessoria jurídica em processos de reestruturação de setores de atividade, incluindo assessoria na preparação das correspondentes propostas de textos legislativos.

Assessoria no desenvolvimento e execução de grandes projetos de infraestruturas em Angola e Moçambique.

EXPERTISE

- Águas e Recursos Naturais
- Ambiente
- Arbitragem
- Energia
- Público
- Saúde e Indústria Farmacêutica

ÚLTIMOS RECONHECIMENTOS

Best Lawyers 2026

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Constitutional Law - TIER Recommended

Construction Law - TIER Recommended

Energy Law - TIER Recommended



Best Lawyers 2025

Administrative Law - TIER Recommended
Arbitration and Mediation - TIER Recommended
Constitutional Law - TIER Recommended
Construction Law - TIER Recommended
Energy Law - TIER Recommended
International Arbitration - TIER Recommended
Litigation - TIER Recommended
Public Law - TIER Lawyer of the Year

Best Lawyers 2024

Administrative Law - TIER Recommended
Litigation - TIER Recommended
Arbitration and Mediation - TIER Recommended
Constitutional Law - TIER Recommended
Construction Law - TIER Recommended
Energy Law - TIER Recommended
International Arbitration - TIER Recommended
Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2023

Litigation - TIER Recommended
Administrative Law - TIER Recommended
Energy Law - TIER Recommended
Public Law - TIER Recommended
Arbitration and Mediation - TIER Recommended
Constitutional Law - TIER Recommended
International Arbitration - TIER Recommended
Construction Law - TIER Recommended

Chambers Global 2025

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2



Rui Medeiros is a well-reputed arbitrator. He is appointed co-arbitrator or chair in public law cases, including tax arbitrations. He also accepts appointments on commercial and private law cases.

Chambers Global 2024

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2

He is a very sophisticated and renowned practitioner.

Chambers Global 2023

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2

Rui Medeiros is a well-reputed arbitrator. He is appointed co-arbitrator or chair in public law cases, including tax arbitrations. He also accepts appointments on commercial cases, with experience in arbitrations relating to pharmaceuticals IP disputes.

Leaders League 2025

Dispute Resolution - International Arbitration - TIER Excellent

Portugal Best Arbitrators - TIER Highly Recommended

Leaders League 2024

Portugal Best Arbitrators - TIER Highly Recommended

Dispute Resolution - International Arbitration - TIER Excellent

Leaders League 2023

Dispute Resolution - International Arbitration - TIER Excellent

Portugal Best Arbitrators - TIER Highly Recommended

Chambers Europe 2025

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2

Rui Medeiros is a well-reputed arbitrator. He is appointed co-arbitrator or chair in public law cases, including tax arbitrations. He also accepts appointments on commercial and private law cases.

Public Law - TIER 1

Rui Medeiros is well regarded for his experience handling regulatory proceedings in relation to public-private partnerships, as well as complex administrative matters.

Chambers Europe 2024

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2

He is a very sophisticated and renowned practitioner.



Public Law - TIER 1

Rui Medeiros is well regarded for his experience handling regulatory proceedings in relation to public-private partnerships, as well as complex administrative matters.

Chambers Europe 2023

Public Law - TIER 1

Rui Medeiros is pragmatic, clear and ready to support the client on any questions and requests.

Dispute Resolution: Most in Demand Arbitrators - TIER 2

Rui Medeiros is a well-reputed arbitrator. He is appointed co-arbitrator or chair in public law cases, including tax arbitrations. He also accepts appointments on commercial cases.

Legal 500 2025

Public Law - TIER Hall of Fame

Rui Medeiros focuses on public procurement and contentious administrative law matters.

Legal 500 2024

Public Law - TIER Hall of Fame

Rui Medeiros focuses on constitutional and administrative law, public procurement, and related disputes.

Legal 500 2023

Public Law - TIER Hall of Fame

Rui Medeiros is serious and honest and has vast knowledge of various matters related to public law.

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

2024

O prazo para solicitar a subvenção pública para campanhas eleitorais: um prazo de caducidade?

2024 | in Revista de Direito de Administrativo N.º 20

2022

A tutela constitucional das relações contratuais: o caso da intervenção legislativa nos contratos de utilização de loja em centros comerciais durante a pandemia

2022 | in Liber Amicorum - Pedro Pais de Vasconcelos, Almedina



2021

Despedimento coletivo: Sindicabilidade judicial da motivação empresarial

2021 | in Revista de Direito e de Estudos Sociais, Janeiro/Dezembro - Ano 2021 N 1-4.

2020

Constituição Portuguesa Anotada - Volume III - Organização do Poder Político | Garantia e revisão da Constituição | Disposições finais e transitórias

2020 | (em coautoria com Jorge Miranda), Universidade Católica Portuguesa

Administrative Arbitration

2020 | in International Arbitration in Portugal, Wolters Kluwer

2018

Regime de recurso das decisões arbitrais no CCP revisto: uma reflexão constitucional

2018 | in A Constituição e a Administração Pública

2016

Direito Constitucional - ensinar e investigar

2016 | Lisboa: Universidade Católica Editora

O Direito Fundamental à Retribuição

2016 | Lisboa: Universidade Católica Editora

Tribunal Unificado de Patentes e Constituição

2016 | in Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos, Vol. II, Coimbra: Edições Almedina

2015

Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

2015 | in Enciclopédia da Constituição Portuguesa, Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora Lda.

A Constituição Portuguesa num Contexto Global

2015 | Universidade Católica Editora

Arbitragem Necessária e Constituição

2015 | in Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coimbra Editora, pp. 1301-1330

Segurança no emprego de trabalhadores em funções públicas

2015 | in Estudos Dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier, Volume III, Universidade Católica Editora

O direito disciplinar intra-parlamentar regimental



2015 | in Estudos em Homenagem a Rui Machete, Coimbra: Almedina

2014

O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público

2014 | Coimbra Editora, 2.^a Edição

A Jurisprudência Constitucional Portuguesa sobre a Crise: Entre a Ilusão de um Problema Conjuntural e a Tentaçāo de um Novo Dirigismo Constitucional

2014 | O Tribunal Constitucional e a Crise - Ensaios Críticos, Coimbra: Almedina

The new directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview

2014 | The new directive 2014/24/EU on Public Procurement, The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement (eds. Luís Valadares Tavares/ Rui Medeiros/ David Coelho), Lisboa

Internacionalismo defensivo e compromisso europeu na Constituição Portuguesa

2014 | in Estudos em Homenagem a Miguel Galvāo Teles, I, Coimbra: Almedina, pp. 649-667

Contratação coletiva e universidades públicas

2014 | in Estudos Dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva, Volume II, Universidade Católica Editora

2013

Raízes e contexto da distinção binária entre sistemas multimunicipais e sistemas municipais no setor da água e perspetivas de futuro

2013 | in Série de Cursos Técnicos 3 - Direito da Água, ICJP, pp. 67-87

2011

Constitucionalismo de Matriz Lusófona

2011 | Verbo

A protecção processual do adjudicatário em face de uma recusa de visto no âmbito da fiscalização prévia de contratos pelo Tribunal de Contas

2011 | in Revista de Contratos Públicos", n.º 1 (Janeiro-Abril 2011), pp. 31-84

A tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional na revisão de 2004 e a próxima revisão constitucional

2011 | in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra Editora/ Sérvulo, pp. 21-32

Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional

2011 | in Direito e Justiça - Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, III, Lisboa:



UCE, 2011 (em coautoria com Armando Rocha), pp. 285-336

2010

Direito da Concorrência e Ordens Profissionais

2010 | Coimbra Editora/ Sérvulo

O controlo de custos nas empreitadas de obras públicas através do novo regime de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais

2010 | in Estudos de Contratação Pública - II, Coimbra Editora

Direitos, deveres, liberdades e garantias e direitos sociais: entre a unidade e a diversidade

2010 | in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correira, Volume I, Coimbra Editora, pp. 657-683

2008

Âmbito do novo regime da contratação pública à luz do princípio da concorrência

2008 | in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 69, Braga: Cejur, pp. 3-29

Constitution et famille(s) - Portugal

2008 | in Annuaire International de Justice Constitutionnelle XXIV, 2008 (extraits), Presses Universitaires D'Aix-Marseille, pp. 285 - 321 (texto que reproduz, com algumas atualizações e anotações aos artigos 36.º e 67.º d

2006

Constituição Portuguesa Anotada - Tomo II - Organização Económica, Organização do Poder Político

2006 | Coimbra Editora (em coautoria com Jorge Miranda)

2005

Constituição Portuguesa Anotada - Tomo I - Introdução Geral

2005 | Coimbra Editora (em coautoria com Jorge Miranda)

Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos

2005 | Universidade Católica Editora

2004

A contratação pública nos sectores com regime especial - água, energia, transportes e telecomunicações

2004 | La contractación pública en el horizonte de la integración europea - V Congreso Luso-Hispano de profesores de Derecho Administrativo, INAP, pp. 137-182

A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade



2004 | Estudos em Homenagem ao Prof Doutor Armando M. Marques Guedes, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

2003

Apreciação geral dos projectos - V Seminário de Justiça Administrativa - Responsabilidade Civil do Estado

2003 | Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 40, V Seminário de Justiça Administrativa, Braga: Cejur, pp. 8-17

2002

Estudos de Direito Processual Administrativo

2002 | Lex

O Estado de Direitos Fundamentais português: alcance, limites e desafios

2002 | Anuário Português de Direito Constitucional vol. II, Coimbra Editora

Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de direito privado

2002 | Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, Edição de Abril de 2012, Ano 62, pp. 347-382

2001

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português

2001 | in Nos 25 anos da Constituição da República Portuguesa de 1976 - Evolução Constitucional e Perspectivas Futuras, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, pp. 227-294

Obras Públicas - Do pagamento do Prémio pela Conclusão Antecipada da Empreitada (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral)

2001 | Lisboa: Azeredo Perdigão & Pereira de Almeida, pp. 49-99

2000

Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?) | Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe (?) - Portugal

2000 | in European Public Law Series | Bibliothèque de Droit Publique Européen, Volume XIII, London: Esperia Publications Ltd, pp. 527 - 646

Responsabilidade civil do Estado por omissão de medidas legislativas - o Caso Aquaparque

2000 | Revista de Direito e Estudos Sociais, VERBO Agosto-Dezembro - 2000 - ANO XLI (XVI da 2.ª Série) - N.ºs 3 e 4 (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral)



1999

A Decisão de Inconstitucionalidade - Os autores, o conteúdo e os efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade da Lei

1999 | Universidade Católica Editora

Ações de Responsabilidade - elementos do regime jurídico e contribuições para uma reforma

1999 | Cascais: Principia

1997

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores anotado

1997 | Cascais: Principia (em coautoria com Jorge Pereira da Silva)

1993

O Ambiente na Constituição

1993 | in Revista de Direito e de Estudos Sociais, LEX Edições Jurídicas, Janeiro-Dezembro, Anno XXXV (VIII da 2.ª Série) - N.ºs 1-2-3-4

1992

Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por actos legislativos

1992 | Coimbra: Livraria Almedina

1990

Relações entre normas constantes de convenções internacionais e normas legislativas na Constituição de 1976

1990 | in O Direito, Ano 122.º, II (Abril-Junho), pp. 355-380